

Concluída a redação da nova carta de intenções

A nova carta de intenções que o governo encaminhará ao Fundo Monetário Internacional — FMI — teve sua redação concluída, com o anexo memorando de entendimento, especificando os valores das metas negociadas para o segundo e o terceiro trimestres, mas seu envio dependerá ainda da aprovação final do presidente da República, segundo informou, ontem, o ministro do Planejamento, Delfim Netto.

A informação do ministro do Planejamento foi confirmada pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, para quem a divulgação do texto

poderá ocorrer a qualquer momento. Contudo, o secretário-geral do Ministério da Fazenda, Mailson da Nóbrega, estimou que a divulgação somente se dará em meados da próxima semana, logo após o envio da correspondência ao diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière.

INFLAÇÃO

Para o secretário do Planejamento da Seplan, José Augusto Arantes Savassini, um dos redatores da nova carta de intenções — que o governo insiste tratar-se apenas de um adendo à carta anterior, de 15 de novembro do ano passado — não há a definição explícita de uma taxa de inflação para o corrente ano, no documento a ser encaminhado ao Fundo Monetário Internacional.

Ele esclareceu que essa taxa está implícita na quantificação das metas de financiamento do setor público, de crédito interno líquido (um conceito do FMI para medir a liquidez da economia) e do déficit operacional (real) do setor público. Savassini não quis confirmar a informação segundo a qual, até o final do período, foi projetada uma inflação ao redor de 130%, lembrando que a taxa inflacionária embutida na quantificação das metas se refere aos períodos de abril a junho e de julho a setembro, correspondentes aos dois trimestres negociados recentemente, quando esteve no País um grupo de auditoria do Fundo Monetário Internacional.



Arquivo

Galvêas: logo a divulgação